

A CONSTRUÇÃO DE UM REGIONALISMO PRÓPRIO: A QUAIS SUSTENTAÇÕES TEÓRICAS TEMOS RECORRIDO E QUAIS ARGUMENTOS TÊM ERODIDO?

The construction of an own regionalism: which theoretical arguments we have followed and which among of them have broke?

Cristiano Armando Diniz Guerra Silvestre

Resumo: Acompanhando as mudanças políticas da região e ao que se há intitula “Giro à esquerda (Sanajuha 2012; Celi 2012) autores de distintas expertises e localidades têm trabalhado não somente em compreender estas mudanças em termos de políticas regionais, mas também categorizá-los. Dois enfoques provenientes, em boa parte da própria região, que tem alcançado grande repercussão, são o Regionalismo Pós-Neoliberal (Motta Veiga y Ríos 2007) o Regionalismo Pós-Hegemônico (Riggirozzi y Tussie 2012) em que al porpor um olhar sobre a regionalidade, abriram espaços pelos quais se derivaram vários trabalhos que não apenas utilizam e reforçam estes conceitos, como também avançam em áreas como Defesa (Battaglino 2012, Diniz Guerra Silvestre e Winand 2018), Saúde (Herrero e Loza 2014) e Finanças (Briceño-Ruiz e Ribeiro Hoffmann, 2015), além das correntes que se dedicam aos Regionalismos. Entretanto, passado o momento histórico em que os *drivers* (Borzel 2015) nos quais esta mudança se insere, quais são os pilares de sustento que se debilitaram e quais seguem mantendo os dois enfoques mencionados? Por exemplo, ambos permitem pensar, como sugere Comini (2016) que fomos “sulamericanizados”, e, claro, não só as forças políticas de los países que “lideraram” este movimento merecem ser estudados (Nolte, Flandes e Wehner 2011), mas também o papel que as construções teóricas possuem, neste sentido. Nossa proposta consiste em, tendo à mão os principais argumentos do “Post”, analisar os eventos que o podem haver impactado. Não se trata de um esforço de questionar estas correntes, porém trazer ao debate a pergunta: Quais avances e quais rupturas?

Palavras-chave: Regionalismos; América do Sul; Regionalismo Post-Hegemônico

Abstract: Following the political changes of the region and what have been called “Left turn” (Sanajuha 2012; Celi 2012), authors of different expertise and localities have been working not only in the understanding of these changes in terms of regional policies, but in how to categorize them. Two approaches, much from the region itself, which have achieved a great impact are the Post-Neoliberal Regionalism (Motta Veiga and Ríos 2007) and the Post-Hegemonic Regionalism (Riggirozzi and Tussie 2012) where, when proposing a new look at regionalism, has opened spaces for academic efforts in order to reinforce these concepts and advance in areas such as Defense (Battaglino 2008), Health (Herrero and Loza 2014) and finances (Briceño-Ruiz and Ribeiro Hoffmann, 2015), beyond the Regionalisms trend. But having passed the historical moment in which the *drivers* (Borzel 2015) of this change of image are inserted, which are the columns of sustaining have weakened and which have remained for these two approaches? For example, both of them allow us to think, as Comini (2016) puts it, that we have been “South Americanized” and, for this reason not only the political strength of the countries that “led” this movement (Nolte, Flandes and Wehner 2011) should be studied, but rather the role that theoretical constructs have in this sense. Our proposal consists in, having at hand the main arguments of the “Post”, analyze the events that may have impacted this order. This is not an effort to question these trend but an open debate: Which advances and which ruptures?

Key-words: Regionalisms, South America; Post-Hegemonic Regionalism

Resumen: Acompañando los cambios políticos de la región y al que se ha intitulado el giro de la izquierda (Sanajuha 2012; Celi 2012) autores de distintas expertises y localidades han trabajado en no solo comprender los cambios en términos de políticas regionales, sino categorizarlos. Dos enfoques provenientes, en buena parte de la propia región, que han logrado gran repercusión son el Regionalismo Post-Neoliberal (Motta Veiga y Rios 2007) y el Regionalismo Post-Hegemónico (Riggirozzi y Tussie 2012) en donde, al proponer una nueva mirada sobre la regionalidad, abrieron espacios por los cuales se derivaron trabajos que no sólo utilizan y refuerzan los conceptos planteados sino avanzan sobre áreas como la Defensa (Battaglino 2008), la Salud (Herrero y Loza 2014) y las Finanzas (Briceño-Ruiz y Ribeiro Hoffmann, 2015), más allá de la corriente de los regionalismos. Pero pasado el momento histórico en que los *drivers* (Borzel 2015) en los cuales este “cambio” se inserta, ¿cuáles son los pilares de sustento que se han debilitado y los que se han mantenido para los dos enfoques mencionados? Por ejemplo, ambos permiten pensar, como plantea Comini (2016) que hemos sido “sur-americanizados”, y, claro, no solo la fuerza política de los países que “lideraron” este movimiento (Nolte, Flandes y Wehner 2011) merecen ser estudiados, sino el papel que las construcciones teóricas tienen, en este sentido. Nuestra propuesta consiste en, teniendo a la mano los principales argumentos del “Post”, analizar los eventos que lo pueden haber impactado. No se trata de un esfuerzo de cuestionar estas corrientes sino de abrir al debate: ¿Cuáles avances y cuáles rupturas?

Palabras-clave: Regionalismos; América del Sur; Regionalismo Post-Hegemónico

INTRODUÇÃO

O estudo das organizações internacionais e, mais recente, dos regionalismos, possuem uma ampla tradição no âmbito das relações Internacionais. Pelo valor e pelo impacto que têm as políticas externas e internas dos países, não é sem fundamento que distintos enfoques teóricos buscam medir e avaliar, a sua maneira, as razões, resultados e impactos do regionalismo. Várias são as instituições que aportaram para o pensamento crítico e o desenvolvimento da região. Entre elas, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), cujos estudos nos anos 50, 60 e 70 são tidos como referência e seguem sendo convocados a revisões sob as tentes dos tempos atuais. De igual maneira, vários são os postulados que vieram de fora, verticais e monolíticos, pensados para nos inserir na estrutura de mando desenhada em escritórios e *think-thanks* estrangeiros. Sem dúvidas, podemos citar as diretrizes do Consenso de Washington nos anos 90 e a forma como nos apresentaram com um manual de política externa e consertos internacionais em que nossas esperanças se misturaram com os objetivos destes países-salvadores e nós terminamos em confundir uma coisa com a outra e não alcançamos, em termos gerais, nem o que buscávamos e nem o que nos foi prometido. Do Pacto Andino à Aliança Bolivariana para os Povos das Américas, do Mercado Comum do Sul à União das Nações Sul-americanas, tantas foram as tentativas e os planos que a ideia de região foi impulsionada e fragmentada muitas vezes.

Entretanto, com os primeiros contornos dos anos 2000, três são os fatores que levaram a diversos autores¹ a questionarem se não estaríamos vivendo um momento “Post”: a ascensão de governos de esquerda, o “espaço” deixado pelos Estados Unidos e a repolitização da agenda de cooperação regional, notoriamente mudando o eixo do comercial ao desenvolvimento e social. Por “Post” entende-se a etapa posterior ao Regionalismo Aberto, cujos detalhes trataremos mais adiante, em que uns o entendem como Regionalismo Post-Liberal e outros como Post-Hegemônico (resguardadas as diferenças entre os dois). Como traço fundamental, o Estado é quem aporta a visão estratégica e define o perfil da integração, retomando a centralidade ocupada anteriormente pelo Mercado, inserindo uma agenda de caráter mais político. É dizer, multidimensional

¹ Motta Veiga e Rios 2007, Sanahuja 2012, Riggirozzi e Diana 2012 e José Briceño-Ruiz e Andrea Ribeiro Hoffmann 2015.

por posição ao meramente comercial é a segunda característica. A terceira e não menos importante, corresponde ao alcance que assumirá este processo: sul-americana², superando a lógica de fragmentação regional dos anos 90.

Contudo, na data atual não estaríamos seguros si os argumentos e as características que edificam os regionalismo mencionado ainda seguem válidas com as mudanças recentes que vemos tendo na região, sendo a mais marcante delas, a retirada em 20 de Abril de 2018 de seis países da UNASUL – e são justamente estas incógnitas as quais recorreremos no nossos exercício de pensar a região. A modo de cumprir com nossa proposta, organizamos este artigo da seguinte maneira: inicialmente recorreremos brevemente os estudos mais clássicos do regionalismo até chegar ao já citado Regionalismo Aberto. É em contraponto a este, principalmente, que surge a ideia de um “regionalismo próprio” que aqui se compreende nas figuras do Regionalismo Post-neoliberal e o Post-hegemônico (e as diferenças entre eles), razão pela os trataremos com muito mais detalhes qual na seção seguinte, listando os principais argumentos que sustentam estas duas visões. Por fim, e de maneira sintética, nos encaminharemos a nossos comentários finais a respeito dos principais desafios a ter em conta no atual cenário sul-americano.

1. A discussão dos regionalismos e suas categorias analíticas

Na obra de 1995 de Andrew Hurrell³ surge a discussão sobre regionalismos, em que ele argumenta que para alguns autores só existe regionalismo se estamos falando de proximidade geográfica ou de fronteiras; outros autores falam de interdependência em temáticas mais além do campo econômico, englobam segurança e polícias pública; e há autores que, condicionam a integração à preexistência de um sentido de pertencimento, de comunhão de valores, motivações comuns ou afinidade cultural, como veremos oportunamente. O ponto central é que esta disparidade de elementos “analísáveis” se dá pelo enfoque teórico utilizado para explicar o processo em foco.

² Desde o nosso ponto de vista. Há autores que o definem como latino-americano. Tanto estes argumentos como os nossos serão contemplados na páginas seguintes.

³ Ainda que não entremos na discussão de regiões no mundo, recomenda-se o texto: Hurrell, A (2007) “One World, Many Worlds: The Place of Regions in the Study of International Society” *International Affairs* 83, 1, pp. 128-146.

Sob a ótica realista, o regionalismo é entendido como o olhar a região desde afora, um marco mais amplo eu o regional. É dizer, que agrupamentos regionais surgem em resposta a desafios externos e que, partindo desta premissa, não existe diferença essencial entre regionalismos econômicos e políticos visto que resultam da convergência de interesses (Morgenthau 1986, Mearsheimer 2001). O Neorealismo centra sua atenção nas pressões do poder-político e na dinâmica da competição econômica mercantilista, e, portanto, a presença do hegemom, em diferentes temáticas que vão desde a econômica até a segurança. A lógica realista entende qualquer outro ator a parte do estado-nação como produto deste e os regionalismo seguirão o mesmo princípio que seguem as alianças: o cumprimento de interesses (Barbé 1987, Waltz 1988, Escudé 1995, Carr 2004).

Em detrimento a esta visão, o Neofuncionalismo vê uma clara aproximação entre o regionalismo em si com uma interdependência regional. O regionalismo é uma resposta funcional dos Estados para os problemas criado pela interdependência, colocando atenção nos rol crítico que as instituições têm na identificação e desenvolvimento da coesão regional (Keohanne e Nye 1998). As premissas do Neofuncionalismo são que a interdependência aumenta a “demanda” por cooperação internacional e portanto as instituições – assim como as regras e normas – surgem como solução de vários problemas de ação coletiva. Estes problemas seriam os que estão acima da capacidade soberana e dos impulsos egoístas dos estados e, por conseguinte, sua resolução implica na melhoria do “bem-estar” regional. Neste sentido, o Estado deixa de ser o único agente e passa a ser visto como o *gatekeeper* entre o externo e o interno: erigem as organizações internacionais e as redes produtivas como atores importantes da cena internacional (Keohane 1998, Peñas 1997, Keohane y Martin 1995, Salomón 2002).

Sobre o Construtivismo Social, ao clamar pela compreensão das estruturas intersubjetivas, esta lente teórica vê na discussão sobre integração o latente fato de que tanto interesses e identidades se alteram no tempo, levando a novas formas de cooperação através de um emergente sentido de comunidade (Wendt 2009). Assim, este enfoque tem como ponto de partida a ênfase na análise das crenças coletivamente compartilhadas, convenções sociais e práticas comportamentais, isto é, não se centrando necessariamente nas instituições formais, como o enfoque racionalista anterior, confirme argumenta tanja Borzel (2015). Ideias, normas identidades e discursos tomam o centro da discussão como motores dos regionalismo porque a eficácia da integração, ainda que em termos de

transações comerciais ou de segurança, dependem do fortalecimento de uma ideia de identidade tendem a permanecer superficiais (Onuf 1998, Maja 2002, Wendt 2009, Stefano y Leander 2013, Santa Cruz 20013. Borzel (2015) ainda argumenta que o compartilhamento de estruturas de pertencimento coletivo, normas e valores é importante para a identidade regional facilitando a confiança mútua e tornando inconsistente qualquer tendência ao conflito. Fica evidente que este processo coletivo envolve desde a menor das unidades sociais, o indivíduo, até a maior unidade coletiva, o Estado, e todos os outros tipos de atores que possam compartilhar, incidir ou fazer parte do conjunto identitário.

A obra de Borzel (2015) não se dedica a elaborar categorizações para o Construtivismo ou para os demais agrupamentos teóricos citados⁴, mas sim para a análise comparada dos regionalismos. É notório que ao escolher uma teoria de grande alcance se predem muitos elementos analisáveis. Este argumento é persistente em vários dos autores de regionalismo, fazendo coro entre Hurrell (1995), Nye (1969), Mattli (1999), Nolte (2006), Laursen (2010) y Schmitter (2011) que, além de convergirem como referente do campo, construíram enfoques de alcance mediano para explicar e avançar na temática. Por tanto, a solução proposta por Borzel reside em compará-los, sistematicamente⁵, reconhecendo suas distintas naturezas na identificação de *drivers*, *outcomes* e *impacts*⁶ neste exercício.

Los *outcomes*⁷ e *impacts*⁸, teriam que ver, respectivamente, com que tipo de produto é gerado no processo de regionalismo e com os impactos que estes produtos geram no âmbito doméstico, regional e internacional de um regionalismo. Os *drivers*⁹, a sua vez, representam uma categoria composta por três fatores: nível de análise (endógeno ou exógeno), lógica de ação (instrumental ou identitárias) e presença de atores não-estatais. A interação entre estes fatores revela motivações do processo em questão e, a partir disso, eleger que teoria pode melhor abarcá-los.

⁴ O Interdependente (Neofuncionalista) e o Racionalista/Poder-centrado (Neorealista).

⁵ A autora trabalha os casos da União Européia, do NAFTA, do MERCOSUL, da Liga árabe, do ECOWAS, da ASIAN e da União Africana. Entretanto, não trabalha, sem se quer faz referência, à UNASUL ainda que seja um processo que se origina em 2007.

⁶ Estas são as categorias como tal nomeou a autora.

⁷ Que livremente podemos traduzir como “resultados” ou “produtos”.

⁸ Que livremente podemos traduzir como “impactos”.

⁹ Que livremente podemos traduzir como “motivos”, “motivadores” ou “motivações”.

Ao voltar a percorrer às teorias, a autora conclui que cada uma tem a capacidade de identificar distintos *drivers* para um mesmo regionalismo e que estes não são necessariamente econômicos. As grandes correntes teóricas têm pouco a dizer sobre variações e mudanças nos *outcomes* e ainda menos acerca dos *impacts* destes regionalismos. Estes, os impactos, devem ser entendidos como “a resposta de tomada independente de decisões de atores regionais a *drivers* causais internos ou externos à região¹⁰” (Borzel 2015: 41).

2. O regionalismo, América do Sul e as vertentes do “Post”

Por exemplo, para Rafael Camargo e Samuel Alves Soares (2014:318), na UNASUL (um dos produtos do “\Post”, como teremos a oportunidade de observar) é evidente a ideia base de “ [...] crias condições para uma atuação mais autônoma da região na qual está presente a potência hegemônica mundial”. Esta ideia de pensar um nível regional tem impactos claros porque implica decidir quem está dentro e quem está fora e, a primeira vista, têm mais nuances ao político que ao econômico.

Sobre a ausência dos Estados Unidos na região, Hal Phillip Keplak Powell (2013) escreve que este país não parece notar a região e que simplesmente a América do Sul já não é sua prioridade nos últimos anos. México e América Central nesse período capturam mais atenção da superpotência com as questões referentes a drogas, crime organizado e a imigração ilegal que toda a América do Sul e que, de uma forma ou de outra, os olhos de Washington se voltaram para outras partes do mundo por questões mais ou menos tradicionais. Para José Antonio Sanahuja (2012), enquanto a América Latina ganha cada vez mais importância para os mercados asiáticos, especialmente a China, os Estados Unidos têm mostrado que a região é menos prioritária ao ocupar sua agenda praticamente com a "Guerra global ao Terrorismo" e desviando se enfocando no Iraque e no Afeganistão. Para ele, a combinação de unilateralismo global dos EUA, a sua atitude ambígua para a região e a ênfase em uma agenda "neoliberal" de acordos de livre comércio, paradoxalmente, criou as condições e incentivos para estimular uma busca por

¹⁰ “la respuesta de la to-ma independiente de decisiones de actores regionales a drivers causales internos o externos a la región”.

maior autonomia, em que o espaço político deixado pela superpotência gradualmente foi sendo ocupado por líderes e projetos regionais. A sua vez, Jorge Battaglini (2008) entende que as instituições se tornaram um espaço fundamental para se posicionar, especialmente num momento em que os Estados Unidos e os principais potências ocidentais estão exercendo um domínio quase monolítico. A profusão de ratificações e iniciativas de cooperação regional pode ser entendida como uma resposta regional à situação de unipolaridade e primazia que emerge neste sistema.

O debate levado a cabo por todos esses autores caracteriza o primeiro *driver presente* nos argumentos de ambos os lados, tanto aqueles que o definem como um processo de Regionalismo Post-Liberal como outros que o caracterizam como um processo de Regionalismo Post-Hegemônico: a vaga deixada pela agenda dos Estados Unidos na região.

Falomir Lockhart (2013) apresenta uma tela destacando os principais pontos entre cada uma dessas duas correntes, apontando onde elas se conectam e onde se distanciam. Para ele e para os outros autores que veremos em seqüência¹¹, de maneira conclusiva, um segundo *driver* é que ambos entendem a superação do modelo de integração dos anos 90, mas, enquanto se entende essa superação apenas em termos de forma, o outro a vê em termos de forma e de conteúdo. É importante ter em mente que é essa compreensão da limitação do modelo que permite que os Estados reposicionem sua compreensão quanto à integração. No maneira como a temos experimentado na região, "os latino-americanos nos acostumamos que a única integração regional possível era econômica e através da eliminação das barreiras tarifárias e da desregulamentação para a livre circulação de capital¹²" (Lockart 2013: 98). Ou seja, os processos integracionistas que experimentamos na região: os exemplos que partem das ideias da Espanha e o modelo conhecido como Regionalismo Aberto, são pensados a partir da economia.

¹¹ Motta Veiga e Rios 2007, Sanahuja 2012, Rigirozzi e Tussie 2012, Briceño-Ruiz e Ribeiro Hoffman 2015, Comini 2016.

¹² "latinoamericanos nos ´acostumamos` a pensar que la única integración regional posible era la económica y a través de la eliminación de las barreras arancelarias y la desregulación para el libre movimiento de capitales."

As ideias da CEPAL¹³ baseiam-se na premissa de que na América Latina o objetivo da integração regional sempre foi o desenvolvimento econômico e, portanto, está determinado a alcançá-lo. Uma vez identificado o problema da *deterioração dos termos de troca* e, portanto, a necessidade de superá-lo, se toma como eixo fundamental que o desenvolvimento é o resultado final da industrialização, e que a melhor maneira de alcançá-lo é através de modelos de substituição de importação. A demanda por esses produtos de valor agregado, porém menos competitivos que os dos países já desenvolvidos, seria garantida pela associação com os vizinhos para criar um mercado interno ampliado. Assim, nasceram processos como o Mercado Comum da América Central (MCCA) e o Grupo Andino (em sua primeira versão). Neste modelo, o Estado tem um papel ativo.

Por meio do que viria a ser chamado de Consenso de Washington - as ideias concebidas como liberalismo econômico - o desenvolvimento viria do crescimento das exportações, onde o Estado deveria ser responsável apenas por estimulá-las por meio da redução de tarifas. Nesta, o Estado perde seu papel de planejador e produtor e cede a condução deste processo às forças do mercado num ritmo adequado à "globalização econômico-financeira". Como exemplo, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) surgiu sob esse esquema, que de fato foi imposto na América Latina, até os anos 90 como modelo por excelência. O MERCOSUL e a reformulação dos objetivos do Pacto Andino (Comunidade Andina desde 1997) também se aludem a este pensamento de base.

Daí a importância de definir os pontos que explicam a ascensão do modelo do Regionalismo Aberto, porque serão os mesmos pontos que explicam porque o modelo se torna limitado. O bibliografia dos estudos de Integração Regional indica que o fim da Guerra Fria marcou a perda da importância estratégica da região (Lockart 2013, Sanahuja 2012, Rigirozzi e Tussie 2012 e Briceño-Ruiz e Ribeiro Hoffman 2015) e a associação para ganhar competitividade é apresentada como a possível resposta ao medo de ficar de fora da globalização econômica e financeira. Portanto, o modelo de Regionalismo Aberto é apresentado como a única resposta válida para inserção internacional.

Se por um lado, podemos afirmar que o Regionalismo Aberto se tratou de uma estratégia defensiva para reduzir a vulnerabilidade dos países na economia global, por

¹³ Tendo como referência o trabalho de Raul Prebisch (1948), *Desarrollo económico en América Latina y sus principales problemas*, Chile: CEPAL.

outro tem marcado a América Latina com um complexo de sub-regiões, uma situação definida como "fragmentação regional" pelas diferenças e distâncias que foram geradas entre os diferentes blocos de integração e projetos políticos (Briceño-Ruiz e Ribeiro Hoffman 2015). O Regionalismo Aberto foi eficiente na remoção de barreiras tarifárias e para permitir que o fluxo, no entanto, não o foi na concretização de políticas comerciais comuns em relação a terceiros; na criação de padrões comuns de estabilidade macroeconômica; na convergência de políticas setoriais estratégicas, como transporte, energia ou inovação tecnológica; na redução das assimetrias internas dos países ou entre os países; e na construção de um quadro regulamentar e institucional que garanta o governança do processo de integração (Rigirozzi e Tussie 2012).

De fato, o Regionalismo Aberto corroeu as capacidades estatais de liderar o processo integracionista o em direção ao desenvolvimento, como prometido, e de resolver os problemas de cidadania em vários casos, além contribuir para apagar a ideia de uma regionalidade mais ampla. Ou seja, "para 'deixar espaço para crescimento' ao mercado, o Estado se retirou ao ponto de tolerar altos níveis de exclusão social"¹⁴ (Lockart 2013: 101), traduzido nas taxas de desigualdade social, pobreza e indigência e o enfraquecimento das instituições democráticas nesse período, afirmam os autores.

A resposta foi uma proposta de integração caracterizada pela recuperação de um papel ativo dos Estados e desenhada com uma agenda mais ampla. Em outras palavras, que o governo estatal buscasse complementar a liberalização do comércio com estímulos ao desenvolvimento, num sentido muito mais amplo do que o previsto no Regionalismo Aberto (Motta Veiga e Rios 2007, Sanahuja 2012, Rigirozzi e Tussie, 2012, Lochart 2013, Briceño-Ruiz e Ribeiro Hoffman 2015, Comini 2016). É um modelo com múltiplos objetivos: a promoção de capacidades institucionais, a conclusão de políticas comuns, a integração estratégico-setorial, a integração física, a participação social, o tratamento das assimetrias e a promoção do desenvolvimento em geral. Basicamente todos os pontos dados pelo Regionalismo Aberto e, a partir daí, o caráter *multidimensional* (Comini 2016) dessa nova fase.

Entre as diferenças fundamentais que correspondem tanto ao Regionalismo Post-liberal quanto ao Post-Hegemônico, em detrimento do regionalismo aberto, está o papel

¹⁴ "pos de 'dejar espacio de crecimiento' al mercado, el Estado se replegó al punto de tolerar altos grados de exclusión social"

ativo do Estado e sua condução do processo de integração. É o Estado que fornece a visão estratégica e define o perfil da integração, o que significa dizer que não é o mercado quem o definirá e que a agenda integracionista deixará de ser estritamente comercial para assumir um caráter político: multidimensional pela oposição ao meramente comercial é a segunda característica. A última corresponde ao escopo que este processo assumirá: sul-americano; substituindo a lógica da fragmentação regional dos anos 90. Agora, como podemos descrever este novo processo de cooperação que ocorre com um novo marco geográfico e com novas características?

Para esta discussão teórica, nos basearemos nos trabalhos de Motta Veiga e Rios (2007) e Sanahuja (2012) para a visão Post-Neoliberal e nos de Pía Riggirozzi e Diana Tussie (2012) e José Briceño-Ruiz e Andrea Ribeiro Hoffmann (2015) para o Post-Hegemônico.

Se pensamos no Post-Neoliberal, debruçando-nos no trabalho de Pedro da Motta Veiga e Sandra Rios¹⁵ (2007) e José Antonio Sanahuja¹⁶ (2012), pensamos em um modelo que continua a apoiar o crescimento através das exportações e do equilíbrio fiscal, mas que entende o retorno do Estado como fator essencial para o desenvolvimento. A recuperação das capacidades do estatais significa, para esse grupo de autores, a reação à presença excessiva do mercado e a necessidade de estabelecer mecanismos de inclusão social. Em termos práticos, esta condição se reflete no consenso sobre a necessidade de adoção de medidas como "o redirecionamento do investimento público, a gestão das exportações, a redistribuição da riqueza, o incentivo ao consumo interno e a adoção de medidas anticíclicas. Destaca-se, então, a condução política orientada ao bem-estar da sociedade, em oposição à condução "tecnocrata" do Regionalismo Aberto¹⁷" (Lockhart 2013).

Para Sanahuja (2012), nos processos¹⁸ de Regionalismo Post- Neoliberal, a atenção é colocada sobre as relações exteriores e as políticas de desenvolvimento e em segundo plano a agenda comercial e a liberalização econômica: uma "agenda de desenvolvimento" que tente se distanciar do pensamento neoliberal; o retorno do Estado frente aos atores

¹⁵ Que escrevem desde dentro da CEPAL.

¹⁶ Que este autor nomina como Integração Post-Liberal.

¹⁷ "la dirección de la inversión pública, el manejo de las exportaciones, la redistribución de la riqueza, el incentivo al consumo interno o la adopción de medidas contra-cíclicas. Se destaca, entonces, la conducción política orientada hacia el bienestar de la sociedad, por oposición a la conducción "tecnocrática" del regionalismo abierto"

¹⁸ ALBA e UNASUR.

privados e as forças de mercado que antes predominavam; a busca de uma maior autonomia em relação ao mercado, assim como no campo da política de desenvolvimento e também contra a política externa dos Estados Unidos: ênfase na agenda "positiva" da integração, centrada na criação de instituições e políticas comuns, uma cooperação mais intensa em áreas não comerciais e sul-sul; crescente atenção às questões sociais e redução de assimetrias por meio do desenvolvimento; e promoção da participação de atores não estatais e na legitimação social dos processos de integração.

Em muitas dessas características, claramente se expressa rejeição às políticas neoliberais do Consenso de Washington. No entanto, tanto Sanahuja quanto Motta Veiga e Ríos identificam críticas e / ou pontos de atenção ao modelo. A “expansão ilimitada da agenda” é considerada uma reação-reflexão das dificuldades de avançar na agenda comercial, foco dos anos 90. Além disso, o "desvio" para as questões sociais, culturais e políticas faz com que este processo perca seu "conteúdo efetivo" porque é difícil imaginar que um projeto de integração econômica possa avançar deixando de lado os objetivos de liberalização do comércio e fluxos objetivos de investimento que sempre estiveram na vanguarda da experiência europeia - para estes autores a “referência maior do regionalismo”. Portanto, se estamos lidando com o futuro da integração regional, isso requer a disposição dos Estados de negociar compromissos em áreas que necessariamente resultarão na redução do *polycyspace*¹⁹ (Motta Veiga e Ríos 2007).

No entanto, a qualificação da integração sul-americana como processo pós-neoliberal serve para explicar a mudança do modelo neoliberal para uma condução estatal do processo econômico como marca definitiva, diz Lockhart (2013). A ação do Estado, voltada para uma maior inclusão social e combate à pobreza, preocupada com a distribuição dos benefícios da integração e mitigação dos aspectos prejudiciais da integração neoliberal, entendida como desregulamentação econômica e excessiva “autorização” ao Mercado. Contudo, esse modelo não deve ser entendido como a superação das políticas neoliberais, pois o eixo econômico ainda é justamente o crescimento das exportações.

¹⁹ E continuam: “Esta é uma questão essencial para o futuro da integração regional. O aprofundamento do processo de integração na América do Sul requer a disposição dos países da região de negociar compromissos em áreas que resultarão necessariamente em redução do *polycyspace*”.

Se olharmos a proposta dos trabalhos de Veiga Motta e Rios e Sanahuja, existem praticamente dois *drivers* que impulsionam o retorno do Estado à condução do processo de integração: a ineficácia do sistema neoliberal para alcançar o desenvolvimento econômico²⁰ e a imposição de uma agenda de desenvolvimento social, seja para reparar os efeitos "nocivos" do modelo neoliberal ou para atender às agendas políticas dos governos nacionais para a "Giro à Esquerda"²¹ neste período, basicamente. No entanto, um terceiro *driver* que pode ser adicionado é a presença ou ausência do *hegemon*²² e quais são os efeitos que se originam. Esta variável é basicamente o principal fundamento do Regionalismo Pós-Hegemônico, em que, além do trabalho de Lockhart (2013), utilizaremos Pía Riggirozzi e Diana Tussie (2012) e José Briceño-Ruiz e Andrea Ribeiro Hoffmann (2015).

Esses últimos autores, Briceño e Hoffmann (2015: 49), argumentam que, com tantas novas propostas, como ALBA, UNASUL, CELAC e a Aliança do Pacífico, é impossível pensar que sua pluralidade se enquadra na proposta do Regionalismo Aberto como modelo único de desenvolvimento econômico e integração regional, em consonância com os demais acadêmicos que trouxemos a esta discussão. A eles se juntam Tussie e Riggirozzi ao argumentar que, em alguns desses novos processos²³, a retomada do desenvolvimento - no campo político - já marca uma mudança de era, um ponto de virada, uma clara mudança histórica, porque “essas estruturas institucionais alternativas e projetos de cooperação são, embora embrionários, parte de um complexo de ideias e motivações alternativas que alteram as políticas em toda a região”²⁴ (Riggirozzi y Tussie, 2012: 2).

²⁰ As the twenty-first century advanced, neo-liberalism and open regionalism began to lose support in most countries in Latin America as growth decreased and inequality increased. The 50 economic collapse of Argentina in 2001, a country which had been the “best pupil” of the Washington Consensus, was key to its discrediting. Dissatisfaction with economic policies and development strategies led to changes in the domestic political coalitions of most countries. (Briceño-Ruiz y Ribeiro Hoffman, 2015: 50-1)

²¹ (...) in South America, where a tide of Left/Left of Centre and governments championing ideas to improve redistribution of income and social services gained political purchase in Venezuela (1998), Brazil (2002, 2006, 2010), Argentina (2003 and 2008), Uruguay (2004), Bolivia (2005), Ecuador (2006), Paraguay (2008) and more recently Peru (2001). (Riggirozzi y Tussie, 2012: 1)

(...) and to a “left turn” with the election of center-to-left governments such as those of Luiz Inacio Lula in Brazil (2003), Néstor Kirchner in Argentina (2003), Evo Morales in Bolivia (2004), Tabaré Vasquez in Uruguay (2005), and Rafael Correa in Ecuador (2005) (Castañeda 2006). (Briceño-Ruiz y Ribeiro Hoffman, 2015: 50-1)

²² De assim ser, até desde sua concepção mais rudimentar, proposta por Martin Wight.

²³ Ademais da reforma do MERCOSUL.

²⁴ (...) that alternative institutional structures and cooperation projects are, although embryonic, part of a complex set of alternative ideas and motivations affecting policies across the region”.

Desta maneira, Tussie e Riggirozzi (*idem*) defendem que

“*regionalismo* não deve ser tratado como a única institucionalização de práticas trans-fronteiriças, mas também como um reflexo de alterações no espaço regional, ou seja, a região para seus agentes estatais e não estatais pode ser significado e resignificado como motivações, interesses, ideias, narrativas e resultados das políticas econômicas em mudança²⁵”.

Se por um lado temos que as muitas crises do Neoliberalismo o "Giro à Esquerda" puseram em marcha um novo regionalismo latino-americano, por outro lado, para as autoras, deve ser vistos como a manifestação visível de uma "repolitização do região" ao criar novas entidades políticas ou projetos regionais em que os Estados, movimentos sociais e líderes interagem e constroem novos entendimentos do espaço regional. Portanto, projetos como UNASUL e ALBA, estruturas como IIRSA, e alguns acordos monetários e de segurança - que logo trataremos, têm questionado o modelo Neoliberal de integração, impulsionado pelo mercado, ao realocar o regionalismo como um extensão da política interna das regiões, ao invés de globais, enquanto estas se tornam espaços de debate e ação.

No entanto, como só mencionamos anteriormente, a ausência de Washington neste contexto é uma característica definidora dele. Seja porque sua prioridade é México, América Central ou Caribe para as questões de drogas, crime organizado e migração ilegal como mencionado por Klepak Powell (2013), para a “Guerra Global ao Terrorismo” e se enfocando no Iraque e no Afeganistão como argumenta Sanahuja (2012) ou lidando com sua própria fragilidade financeira mais recentemente como Tussie e Riggirozzi (2012) acrescentam, é consenso entre estes autores que a oportunidade para reivindicar a região e lidar com seus próprios processos e agendas não foi perdida. Nesse sentido, esse tipo de regionalismo não é apenas Post-Neoliberal, mas Post-Hegemônico²⁶.

As autoras, Tussie e Riggirozzi (2012: 13) ainda argumentam que aliada às críticas feitas aos pilares do neoliberalismo - "como um paradigma político e econômico, como um modelo de democracia de mercado, como um modelo de desenvolvimento sustentável e

²⁵ Regionalism is not only the institutionalization of trans-borders practices but also reflection of transformations of the regional space. What region means for state and no-state actors can be signified and resignified as motivations, interests, ideas, narrative and political economic policies undergo changes.

(*Idem*)

²⁶(...) "the opportunity to recapture the region for regional processes and agendas has not been lost. In this sense this resignation of regionalism is not only post-liberal but also post-hegemonic." (Tussie y Riggirozzi, 2012:10)

inclusivo - por acadêmicos, políticos, atores sociais, *practitioners* e muitas outras partes interessadas²⁷ - o vazio deixado por Washington abre espaço para a reconfiguração de alianças e novas motivações, liderado pelos novos líderes esquerdistas, estão redefinindo a governança regional. Define Lockhart (2013), que estes avanços em questões que até então eram resolvidas confirme o interesse do hegemonia e, mais que isso, sem a sua participação, caracteriza o próprio processo por que em outros momentos - como a Guerra Fria - além de inviável seria impensável. Nas palavras do autor (2013: 102), "este avance é particularmente notório na criação de um sistema sul-americano de regras de integração física, de defesa, de constituição de um sistema financeiro sul-americano e, em menor medida, da problemática as drogas e da criação de uma instância de observação eleitoral. Muitas dessas questões eram resolvidas dentro da OEA (Organização dos Estados Americanos) e sempre com a participação dos Estados Unidos."²⁸

Isto é, por exemplo, a UNASUL substituiu a OEA nestas temáticas, o que de certa maneira seria limitar seriamente a incidência dos Estados Unidos em questões regionais significativas. O dado distintivo deste modelo teórico²⁹ não é a adoção de novas regras diferentes do modelo neoliberal proposto pelo hegemon com a incorporação do desenvolvimento e da exclusão social como questões fundamentais, mas a "*repolitização da região*", conforme argumentam Tussie e Riggiozzi, em função de novas margens de manobra internacionais que permitem que projetos regionais sejam levados a cabo realizadas por *potências regionais*, entendida como referências e vocífero da região – que no marco da América do Sul e da UNASUL foi o papel executado por Brasil. Daí o conceito de Post-Hegemônico pregado por Diana Tussie e Pio Riggiozzi (2012: 12) como "estruturas regionais caracterizados pela híbrida, como resultado de um deslocamento parcial das formas dominantes de governança neoliberal lideradas pelos Estados Unidos na

²⁷ "como un paradigma político y económico, como un modelo de democracia de mercado, como un modelo sostenible e integradora del desarrollo -por parte de académicos, políticos, actores sociales, practitioners y muchos otros interesados"

²⁸ "esa avanzada es particularmente notoria en la creación de un sistema sudamericano de reglas de integración física, de defensa, de constitución de un sistema financiero sudamericano y en menor medida, de la problemática de las drogas y la conformación de una instancia de observación electoral. Muchos de esos temas eran resueltos en el seno de la OEA (Organización de Estados Americanos) y siempre con la participación de EEUU".

²⁹ Mas, não nos esqueçamos que o fomento às exportações segue sendo o pilar para o crescimento econômico.

prática reconhecimento de outras formas políticas de organização e gestão econômica de bens regionais (comuns)"³⁰.

CONCLUSÃO

Nesta seção, tomamos a liberdade de ensaiar sobre as direções que a região apresenta para a região, a partir da discussão teórica que tivemos.

A ineficácia do sistema neoliberal para alcançar o desenvolvimento econômico trouxe a reivindicação de uma agenda de desenvolvimento social marcada pelo retorno do Estado e pelo Giro à esquerda em um momento de "ausência" do *hegemon*: eles parecem ser os quatro *drivers* que impulsionam Regionalismo Post-Hegemônico e seus *outcomes*: ALBA e UNASUL. Esse conjunto de fatores que tivemos que explicar ao longo do texto baseiam uma busca por autonomia e pelo desenvolvimento de instrumentos para alcançá-lo: um esforço que se traduz na conformação de um *regionalismo*, tanto na forma como no conteúdo, de acordo com a visão de Riggiozzi e Tussie (2012).

Evidentemente, os resultados econômicos e sociais da década de 1990 levaram os países da região voltar suas políticas para o desenvolvimento e reequilíbrio social. Indicadores relacionados à pobreza mostram que, de fato, a região conseguiu alcançar melhorias na agenda social. A título de exemplo, os 50% mais pobres do Brasil cresceram 67,93% entre dezembro de 2000 e dezembro de 2010, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas³¹ (2011), a Bolívia nos anos 2000 teve um crescimento médio de PIB em 5,2%. Como é marcado pela ideia de "Post", o Estado tornou-se o grande ator na definição de uma agenda e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento. No entanto, em muitos aspectos, a agenda social e essas políticas de desenvolvimento estão sendo gradualmente alteradas pelo retorno dos números da força privada e do mercado internacional.

³⁰ "estructuras regionales caracterizadas por prácticas híbridas como consecuencia de un desplazamiento parcial de las formas dominantes de la gobernanza neoliberal liderada por Estados Unidos en el reconocimiento de otras formas políticas de organización y gestión económica de los bienes regionales (comunes)".

³¹ A pesquisa completa pode ser encontrada em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fgv-pobreza-caiu-50-6-com-lula-e-31-9-com-fhc,65287e>. Veja-se também <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm>

Prova disso, em nossa análise, é que esta mudança vem de mãos dadas com novos governos que surgiram na região. A vitória de Maurício Macri (2015) na Argentina através de meios eleitorais e Michel Temer no Brasil (2017) através de outros meios, marcam a saída da cena de importantes governos de esquerda que contribuíram economicamente e intelectualmente para a "retomada política" da região em relação a potências estrangeiras, especialmente os Estados Unidos. De fato, os próprios Estados Unidos passam por processo de reformulação de sua política externa em que o "recuo" é marcado por certa oposição à China.

O peso da mão de Donald Trump (2016), cujas primeiras reflexões já podem ser sentidas na região, embora seu foco até então tenha se concentrado no Oriente Médio e no Pacífico Norte. Na região se manifesta através de uma "re-promessa", que resulta no de alinhamento dos novos governos de direita, uma vez mais com os Estados Unidos.

Três das principais matizes do Regionalismo Post-Hegemônico começam a desaparecer: a "homogeneidade" política que permitiu o consrto regional e auto-alinhamento entre vários países, a marginalização da agenda econômica para a retomada social e a inércia do hegemón. Na verdade, a "queda" da UNASUR e por conseguinte, de todo o argumento que a sustenta, se confirma com a saída de seis dos dozes países³² que a conformam, não só inviabilizando o projeto, como praticamente condenando-a ao ostracismo.

A crise que assola a Brasil em todas suas esferas e efeito cascada que isso a casa a toda a região, tacitamente retira do país o papel de líder consensual (Lockhart 2013), porque põe em dúvida até suas próprias capacidades de gestão interna. Além disso, as crises de países como Venezuela e Argentina fazem com que o projeto regional perca importantes patrocinadores econômicos e intelectuais. Por exemplo, a mesmo UNASUL que foi altamente ativo nas mediações da reforma do Estado Boliviano (2008), na crise Colombia-Ecuador-Venezuela (2008), na queda de Lugo (2012), até sua "dissolução" não se manifestou sobre os episódios venezuelanos - para bem ou para mal, demonstrando um claro abrandamento de sua força política. Inclusive, este foi o argumento de Argentina,

³² <https://cnnspanol.cnn.com/2018/04/21/el-principio-del-fin-de-unasur-6-paises-suspenden-su-participacion/>

Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai, de que a gestão venezuelana do bloco não permite um adequado funcionamento do mesmo.

Em qualquer caso, é possível reconhecer os *impacts*, por mais ideacionais que possam parecer. Como os autores que utilizamos neste artigo têm argumentado repetidamente, a razão de ser deste novo (ou velho) processo na América do Sul não se limita à promoção do comércio ou da oposição à hegemonia dos EUA, mas sim a uma outra forma de governança, que de certa forma questiona os valores do Regionalismo Aberto e passa a incluir temas que são importantes para a região: passando pela integração política, bem-estar transnacional, desenvolvimento e inclusão social e chegando inclusive a até a à criação de mecanismos de infraestrutura, financeiros e de defesa.

Para Briceño-Ruiz e Ribeiro Hoffman (2015: 53-4), o conceito de regionalismo Post-Hegemônico descreve uma "nova etapa" da integração regional na América do Sul, mas não um novo modelo. Em vez disso, captura a pluralidade de ideias que fazem parte de uma narrativa na qual o regionalismo não consiste simplesmente em livre comércio e liberalização econômica como mecanismos para lidar com a globalização. O conceito de Regionalismo Post-Hegemônico mostra que os novos valores (ou alguns valores desacreditados nos anos 90) estão sendo disseminados na região - e o que isso significaria dizer. Claramente, esta etapa permanecerá como aprendizado. Existe, no imaginário das Relações Internacionais, a afirmação de que as instituições não morrem, elas são esvaziadas e os movimentos tampouco, porque se reinventam. De todas as décadas dos vários séculos em que habitamos a região, talvez tenha sido a primeira vez em que as palavras "autonomia" e "identidade" ganharam tanta força e foram compartilhadas entre por todos nós.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. (2013). Democracia, Política Externa e Política de Defesa: rumo à conformação de uma “grande estratégia”. In: Organizadores: Monteiro, Á. D.; Winand, É. C. A.; Goldoni, L. R. F.. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Aracaju: Editora UFS, pp. 23-38.

BAHRY, D. L. (1986) “Más allá de las fronteras: la práctica de la investigación comparada”, Manheim, J. B., Rich, R. C., *Análisis político empírico. Métodos de investigación en Ciencia Política*, Alianza Universidad Textos, Madrid.

BARBÉ, E. (1987) El equilibrio del poder en la teoría de las Relaciones Internacionales, *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 11, pp. 5-17.

BATTAGLINO, J. (2008) Transformaciones en la seguridad internacional en la post Guerra Fría: su impacto en América del Sur. *Estudios Internacionales* 160 (2008) - ISSN 0716-0240 • 7-33. Instituto de Estudios Inter-nacionales - Universidad de Chile.

BATTAGLINO, J. (2012) Defence in a Post-Hegemonic regional agenda: The case of the South American De-fence Council. In: Riggirozzi y Tussie (comp.) *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism*. Springer, Londres pp. 81-100).

BRICEÑO-RUIZ, J. & Ribeiro Hoffman, A. (2015) Post-hegemonic Regionalism, UNASUR, and the Reconfiguration of Regional Cooperation in South America” en *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 40:1, pp. 48-62.

BORZEL, T (2015). Theorizing Regionalism: Cooperation, Integration and Governance en *The Oxford Hand-book of Comparative Regionalism*, pp. 41-63.

Carr, E. H. (2004) *La crisis de los veinte años (1919-1939)*, Madrid: Editorial Los Libros de la Catarata.

CELI, P. (2014). Defesa e segurança regional na América do Sul. In: Organizadores: MONTEIRO, Álvaro Dias; WINAND, Érica C. A.; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. *Defesa da Amazônia: VII ENABED*. São Cristóvão: Editora UFS, pp. 387-397.

COMINI, N. (2016) *Suramericanizados, la integración regional desde la Alianza al Kircherinismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad del Salvador.

DIAMINT, Rut (2013). La política de defensa em Argentina: lecciones nacionales y regionales. In: Organizadores: Carmo, Corival Alves do; Winand, Érica C. A.; BARNABÉ, Israel Roberto; Pinheiro, Lucas Miranda. *Relações Internacionais: olhares cruzados*. Brasília: FUNAG, pp. 351 a 376.

ESCUDE, Carlos (1995) *El realismo de los estados débiles*, Buenos Aires: GEL.

GUZZINI, Stefano y Anna Leander (2013), Alexander Wendt's Constructivism: A Relentless Quest for Syn-thesis, en Stephano Guzzini, *Power, Realism and Constructivism*, Abingdon, UK: Routledge.

HURRELL, A. (1995). Regionalism in Theoretical Perspective en Fawcett, L & Hurrell, A, *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford (p. 37-73).

HURRELL, A (2007) *One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society*". *In-ternational Affairs* 83 (1)

KEOHANE, Robert (1998) *Después de la hegemonía: Cooperación y discordia en la política económica mun-dial*, Buenos Aires: GEL [capítulos 3, 4 y 9].

KEOHANE Robert & LISA L. Martin (1995), The Promise of Institutional Theory, *International Security*, Vol. 20, No. 1, Summer, pp. 39-51

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph (1989) *Poder e Interdependencia: La política mundial en transición*, Buenos Aires: GEL [capítulos 1 y 2].

LAURSEN, F. (2010). "Introduction" en Laursen, F. *Comparative Regional Integration. Europe and Beyond Surrey*, Ashgate, pp. 3- 20.

LOCKHART, N. (2013) "La identidad de Unasur: ¿Regionalismo Postliberal o Posthegemonismo?", en *Revista Ciencias Sociales*, N° 140, pp.. 97-109.

Mattli, W. (1999). "The phenomenon of regional integration" en Mattli, W. *The Logic of Regional Integra-tion: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, (pág. 1-18).

MEARSHEIMER, John J. (2001) *The Tragedy of Great Power Politics*, New York: W. W. Norton & Company (capítulos 1 y 2).

MORGENTHAU, Hans J. (1986) *Política entre las Naciones – La lucha por el poder y la paz*, primera edición de 1948, Buenos Aires: GEL (capítulos 1, 9, 12).

MOTTA VEIGA, P. & Rios, S. (2007). "O regionalismo post-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas", CEPAL, *Serie Comercio Internacional*, n. 82

NYE, J (1969) *Integración regional comparada: concepto y medición* en *Revista de Integración*, Instituto para la Integración de América Latina (pág. 50-86).

NOLTE, D. (2006) *Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques del análisis*. GIGA Working Paper 30. Hamburgo

ONUF, Nicholas (1989) *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, New York: M. E. Sharpe.

PEÑAS, Francisco Javier (1997) *Liberalismo y relaciones internacionales: la tesis de la paz democrática y sus críticos Isegoría* 16.

POWELL, H. P. K. (2013). El contexto actual de la defensa suramericana: una percepción desde afuera. In: Organizadores: Monteiro, Álvaro Dias; Winand, Érica C. A.; Goldoni, Luiz Rogério Franco. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Aracaju: Editora UFS (p. 247-258).

RIGGIROZZI, P. & D. TUSSIE (2012) The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America en Riggi-rozzi y Tussie (comp.) *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism*. Springer, Londres, pp. 1-16.

RUGGIE, John G. (1998) *Constructing the World Polity*, New York: Routledge.

Sodupe, Kepa (2004) *La teoría de las Relaciones Internacionales a comienzos del siglo XXI*. Guipzkoa, Es-paña: Servicio Editorial Universidad del País Vasco, pp. 165-180.

SANTA CRUZ, Arturo (2013) Constructivismo, en Thomas Legler, Arturo Santa Cruz, Laura Zamudio (edito-res) *Introducción a las Relaciones Internacionales*, México, Oxford University Press.

SCHMIDT, Brian C. (2005) Competing Realist Conceptions of Power. *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 33. No. 3, pp. 523-549.

SALOMÓN, Mónica (2002) La Teoría de las Relaciones internacionales en los albores del siglo XXI: diálogo, disidencia, aproximaciones, *Revista CIDOB d'afers internacionals*, núm. 56

SANAHUJA, J. A. (2012) Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR en Serbin et al. (2012) *Anuario de la Integración regional* N°9., pp.17-72.

SARTORI. G. (1994), Comparación y método comparativo en Giovanni Sartori y Leonardo Murlino, *Lacomparación en las Ciencias Sociales*, Alianza Universidad, pp 29-49.

SCHMITTER, P. (2011). "Los conceptos de cooperación e integración regional" en *Puente Europa*, Año IX, Número 1, (p. 8-11).

SOARES, S. A.; Lima, R. C.(2013) No limbo da dissonância: Argentina e Brasil no campo da Defesa. In: Organizadores: Carmo, Corival Alves do; Winand, Érica C. A.; BARNABÉ, Israel Roberto; Pinheiro, Lucas Miranda. *Relações Internacionais: olhares cruzados*. Brasília: FUNAG, pp. 314-350.

WALTZ, Kenneth (1988) *Teoría de la política internacional*, primera edición 1979, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano (capítulos 4 y 5).

WENDT, Alexander (2009) - La anarquía es lo que los estrados hacen de ella, Arturo Santa Cruz, ed., *El constructivismo y las relaciones internacionales*. México DF: CIDE

ZEHFUSS, Maja (2002) *Constructivism in International Relations. The Politics of Reality*, Cambridge: Cambridge University Press.